



**DIA DA
DEFESA NACIONAL**

OS JOVENS E AS FORÇAS ARMADAS

Estudo no âmbito do DIA DA DEFESA NACIONAL

Research Brief



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

DEFESA NACIONAL



**SERVIÇO
MILITAR**



Enquadramento

O Dia da Defesa Nacional (DDN) visa “sensibilizar os jovens para a temática da Defesa Nacional e divulgar o papel das Forças Armadas, a quem incumbe a defesa militar da República” (Lei do Serviço Militar, 1999). Decorre nos Centros de Divulgação do Dia da Defesa Nacional (CDDN), sediados em unidades militares dos três ramos das Forças Armadas (FA). A comparência ao DDN é um dever militar para todos os cidadãos portugueses com 18 ou mais anos de idade.

O presente documento visa apresentar uma síntese dos principais dados globais referentes à 14.ª edição do DDN, que decorreu entre janeiro e dezembro de 2018 em 30 centros de divulgação de todo o país, procurando fornecer aos principais intervenientes institucionais uma caracterização sociodemográfica dos jovens participantes, a avaliação que estes formulam sobre este dever militar, assim como o seu posicionamento face às FA, numa perspetiva institucional e profissional.

Do ponto de vista metodológico, importa dar conta que esta edição contou com a presença de 102 919 jovens, dos quais resultaram 66 566 inquéritos, correspondendo a uma taxa de cobertura de 64,7% (com garantia de representatividade de todos os CDDN e de todos os distritos).

Ficha Técnica

Título

Os Jovens e as Forças Armadas:
Estudo no âmbito do Dia da Defesa Nacional

Equipa de Investigação

Cláudio Costa Reis
Ana Tinoco
António Ideias Cardoso

Apoio Técnico/Informático

José Nogueira
Pedro Nunes

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

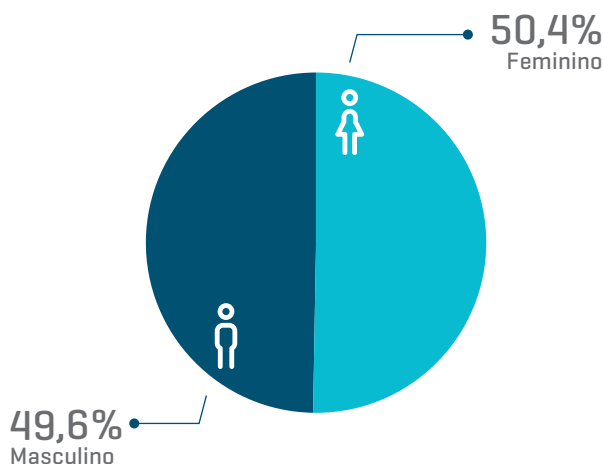
Direção de Serviços da Profissionalização do Serviço Militar
Divisão de Recrutamento e Efetivos Militares
Av. Ilha da Madeira, nº 1 – 4º Piso
1400-204 Lisboa, Portugal
www.dgrdn.pt

Caracterização da população participante no Dia da Defesa Nacional

Inicia-se o presente documento com um conjunto de indicadores base relativos a características sociodemográficas dos jovens participantes, na sua maioria da faixa etária dos 18-19 anos, procurando delimitar os traços constitutivos do seu perfil. Trata-se de uma matéria de grande relevância para depois compreender os contornos da relação dos jovens com as FA em sentido mais lato.

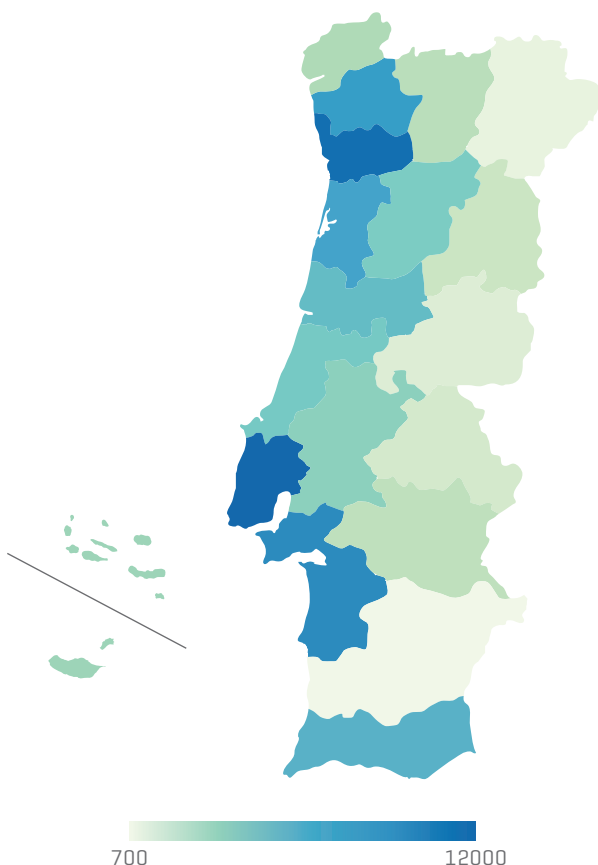
A distribuição dos respondentes quanto ao **sexo**, no ano de 2018, mostra-se relativamente homogénea, com uma distância de 0,8% entre os jovens do sexo masculino e as jovens do sexo feminino [gráfico 1].

Gráfico 1
DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES NO DDN, POR SEXO



No gráfico 2, é possível observar a distribuição do **distrito de residência** dos jovens participantes no DDN no ano de 2018. Pode constatar-se que a tendência de distribuição da residência é congruente com o padrão de desenvolvimento do país, em que a grande concentração populacional é no litoral e nos centros urbanos da Grande Lisboa (N=12717) e Grande Porto (N=11518). O distrito de Setúbal aparece como o terceiro mais representado (N=6527), seguido de Braga (N=4840) e Aveiro (N=4495).

Gráfico 2
DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES POR DISTRITO DE RESIDÊNCIA



No que concerne à **situação atual dos jovens** participantes no DDN, e como exposto no gráfico 3, constata-se que 72,4% são estudantes [73,2% em 2017], 10% são trabalhadores-estudantes [8,8% em 2017], 11,4% estão empregados [10,9% em 2017] e 6,2% estão desempregados [7,1% em 2017]. Ressalva-se ainda o facto de 17,6% dos jovens já terem abandonado o sistema de ensino, não estando atualmente a prosseguir as suas qualificações escolares/académicas.

Relativamente ao nível de escolaridade (frequentado ou concluído), é possível verificar que a grande maioria dos jovens assinalou o 12.º ano (51,6%) ou referiu estar a frequentar o ensino superior (24%), havendo, no entanto, ainda uma percentagem significativa (11,5%) com o 9.º ano de escolaridade ou menos. Analisando por sexo, e considerando os dados do gráfico 4, pode ver-se que há predominância do sexo feminino na frequência do ensino superior (28,2% contra 19,8%, uma diferença superior a 10%) e do sexo masculino no nível de escolaridade correspondente ao 9.º ano ou menos (15,4% contra 7,7%).

Apesar destes jovens terem aproximadamente a mesma idade e de a grande maioria estar a estudar, em matéria de percurso escolar, estão em situações diferentes, constituindo-se esta diversidade como um desafio para as FA na relação com este público.

O percurso escolar é um aspeto central da vida dos jovens, podendo considerar-se como um marco principal no seu desenvolvimento. A escolaridade obrigatória em Portugal é atualmente de 12 anos, facto que apenas entrou em vigor no ano de 2013. Desde então, tem-se vindo a observar um incremento significativo na taxa de escolarização da população portuguesa.

Em congruência com o parágrafo anterior, observa-se no gráfico 5 a notória evolução da população jovem no domínio das habilitações escolares. Desde 2005 que é visível um claro aumento da população que se encontra no ensino superior (passou de 13,7% para 24%) ou que concluiu/frequenta o 12.º ano (de 31,8% para 51,6%). Já os níveis mais baixos de escolaridade evoluíram em

Gráfico 3
SITUAÇÃO ATUAL DOS PARTICIPANTES NO DDN

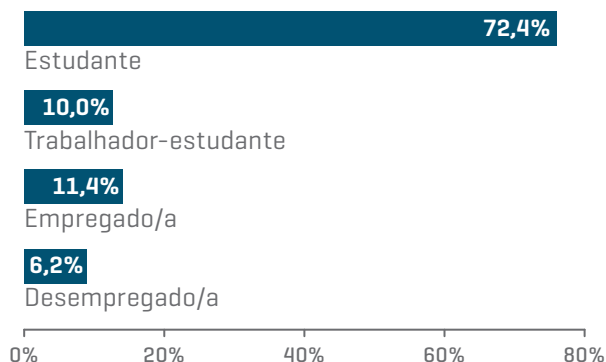


Gráfico 4
NÍVEL DE ESCOLARIDADE (FREQUENTADO OU CONCLUÍDO) DOS PARTICIPANTES NO DDN

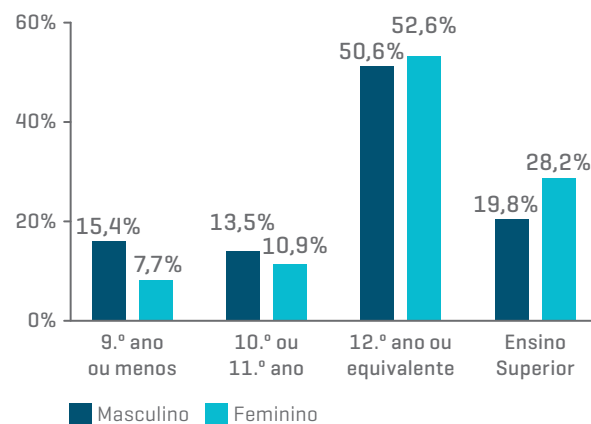
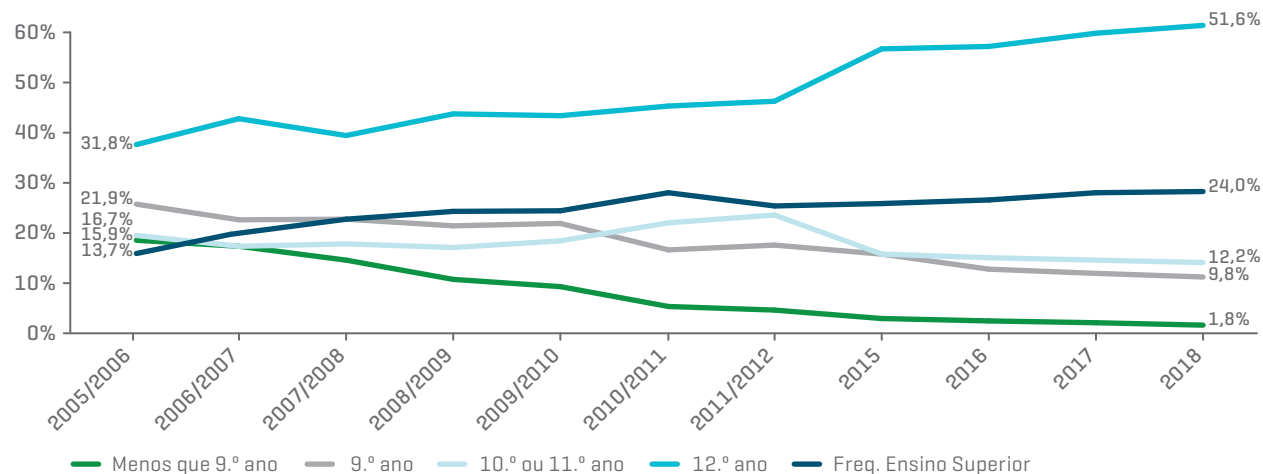


Gráfico 5
EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ESCOLAR DOS PARTICIPANTES NO DDN ENTRE 2005 E 2018



sentido inverso. A população com menos que o 9.º ano passou de 15,9% para 1,8%, ao passo que os que têm o 9.º ano representavam 21,9% e agora são 9,8%.

Mas a configuração dos níveis de escolaridade tem ainda um padrão de distribuição regional. A situação é muito diferente consoante a região do país, o que faz com que a população que se apresenta em cada CDDN seja, conseqüentemente, diferente.

A tabela 1 retrata essa diversidade regional, podendo notar-se os menores níveis de escolaridade existentes nas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira, assim como algumas diferenças nas regiões do Continente. A este nível, Setúbal é um dos distritos com a escolaridade mais baixa. Pelo contrário, os distritos de Viana do Castelo, Coimbra, Leiria e Castelo Branco são os que apresentam população jovem mais escolarizada.

Tabela 1
ESCOLARIDADE DOS PARTICIPANTES, POR DISTRITO

Distrito de residência	9.º ano ou menos	10.º ou 11.º ano	12.º ano	Freq. ensino superior	N.º total
Aveiro	10,9%	8,8%	53,2%	26,5%	4495
Beja	15,0%	7,1%	48,6%	28,7%	704
Braga	9,7%	11,8%	55,7%	22,2%	4838
Bragança	13,3%	12,9%	51,0%	21,7%	727
Castelo Branco	9,0%	7,4%	54,4%	28,5%	754
Coimbra	8,5%	8,7%	57,1%	25,5%	3134
Évora	12,3%	11,1%	54,2%	21,9%	1287
Faro	16,4%	11,0%	46,8%	25,0%	3560
Guarda	9,4%	12,4%	55,0%	22,5%	993
Leiria	8,1%	9,9%	55,9%	25,6%	2816
Lisboa	10,9%	14,4%	49,4%	24,5%	12712
Portalegre	14,4%	14,7%	50,4%	19,7%	875
Porto	10,7%	10,3%	51,7%	26,6%	11454
Santarém	10,3%	9,0%	52,8%	27,4%	2202
Setúbal	14,7%	19,6%	47,3%	17,9%	6527
Viana do Castelo	8,4%	4,1%	54,0%	32,9%	1498
Vila Real	10,8%	10,0%	52,7%	25,8%	1370
Viseu	10,5%	12,3%	54,0%	22,6%	2686
Angra Heroísmo	15,4%	12,4%	55,5%	16,1%	434
Horta	19,0%	14,9%	49,6%	16,1%	242
Ponta Delgada	23,4%	13,7%	46,9%	15,3%	965
Madeira	13,4%	16,5%	52,3%	16,9%	1819
Total	12,5%	11,5%	52,2%	23,2%	66092

No gráfico 6 é possível observar a idade em que os participantes deixaram de estudar (independentemente de terem cumprido ou não a escolaridade obrigatória). Embora a grande maioria o tenha feito aos 18 anos, 3112 jovens abandonaram a escola antes de serem maiores de idade.

Quanto à escolaridade dos pais encontra-se um fenómeno que já tem sido referenciado, em que as mulheres tendem a estar mais representadas nas escolaridades mais elevadas. No gráfico 7, existem mais 5,4% de mães do que pais com o ensino superior. O mesmo se verifica para o ensino secundário com uma diferença de 6,8%.

A ideia transmitida no parágrafo anterior é reforçada pelo gráfico 8 que evidencia uma clara diferença entre as jovens do sexo feminino e os do sexo masculino quanto à escolaridade máxima que pretendem concluir: 73,3% das jovens ambicionam o ensino superior, uma diferença de 15,4% quando comparado com o sexo masculino.

Gráfico 6
IDADE EM QUE OS PARTICIPANTES NO DDN DEIXARAM DE ESTUDAR (N)



Gráfico 7
ESCOLARIDADE DOS PAIS DOS PARTICIPANTES NO DDN

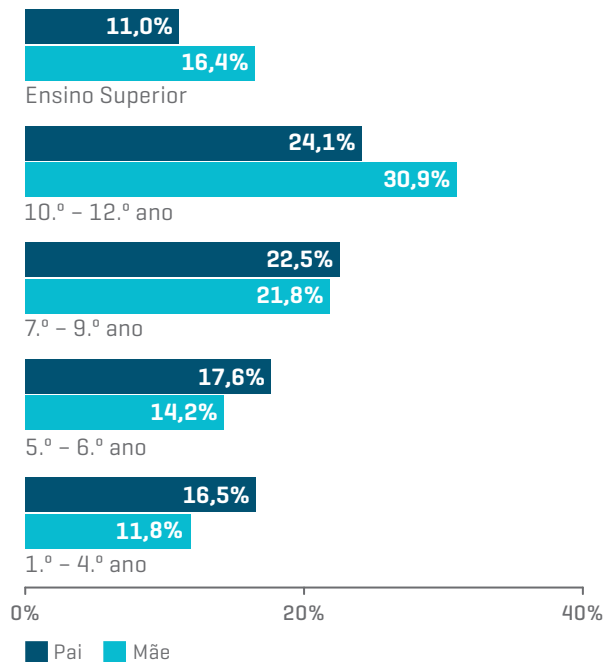
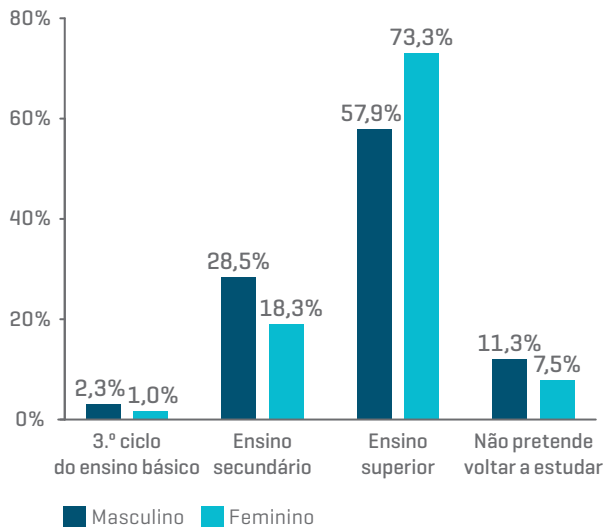


Gráfico 8
NÍVEIS DE ESCOLARIDADE AMBICIONADOS PELOS PARTICIPANTES NO DDN, POR SEXO



Os jovens e as Forças Armadas

Apreciação do Dia da Defesa Nacional

A importância e a dimensão do DDN, um dever de cidadania que envolve anualmente um universo populacional superior a 100 mil cidadãos e que por isso se constitui como um dos principais instrumentos na relação das FA com os jovens, justifica uma monitorização constante e abrangente. Neste sentido, a **opinião geral** que os jovens manifestaram sobre o evento é bastante favorável, com 80,1% dos inquiridos a referir que gostaram ou gostaram muito do Dia [gráfico 9]. Dada a heterogeneidade do público participante (em termos de escolaridade, situação profissional e de origem geográfica), atingir estes valores de aceitação é bastante positivo, até porque ao longo dos vários anos de realização se

tem conseguido uma tendência geral de evolução positiva. No que respeita à influência da escolaridade nesta apreciação [gráfico 10], em primeiro lugar importa destacar que os valores de apreciação são bastante positivos, em todos os níveis considerados. Isto significa que, em termos de inclusão, o DDN consegue ter um impacto positivo e ajustar-se à diversidade da escolaridade dos jovens. No entanto, importa referir que a relação entre o aumento da escolaridade e a apreciação do DDN é ainda inversamente proporcional, já que à medida que a escolaridade aumenta o grau de apreciação tende a diminuir ligeiramente, mas com progressos positivos face ao ano anterior.

Gráfico 9
DISPERSÃO DA OPINIÃO GERAL DOS PARTICIPANTES SOBRE O DDN

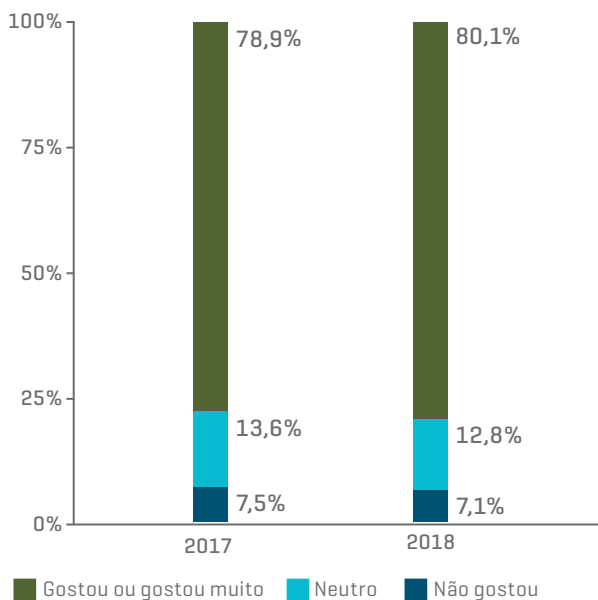
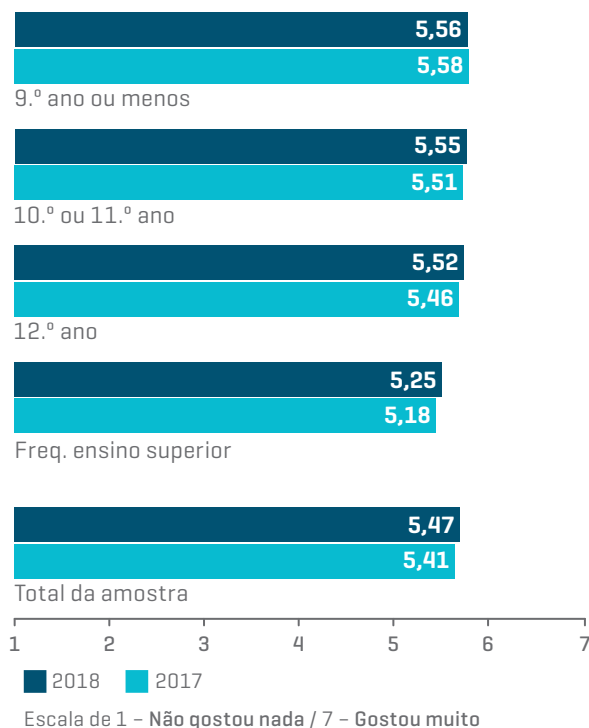


Gráfico 10
VARIAÇÃO DA APRECIÇÃO MÉDIA DO DDN EM FUNÇÃO DA ESCOLARIDADE



Relativamente à “validação” deste evento, apesar de estarmos perante um dever militar no qual a participação assume contornos de obrigatoriedade, não pode ser desconsiderado o facto de apenas 1,3% dos jovens afirmarem que não deveria existir qualquer mecanismo de transmissão de informação sobre a Defesa Nacional e as Forças Armadas (gráfico 11).

Para a grande maioria dos jovens, o mais adequado é a realização do DDN em Unidades Militares ou com presença militar (58,4%). No entanto, são relevantes os 33,7% que apontam para uma maior interligação com o universo escolar, seja em termos de espaço de realização, seja em termos de inclusão do tema nos seus programas.

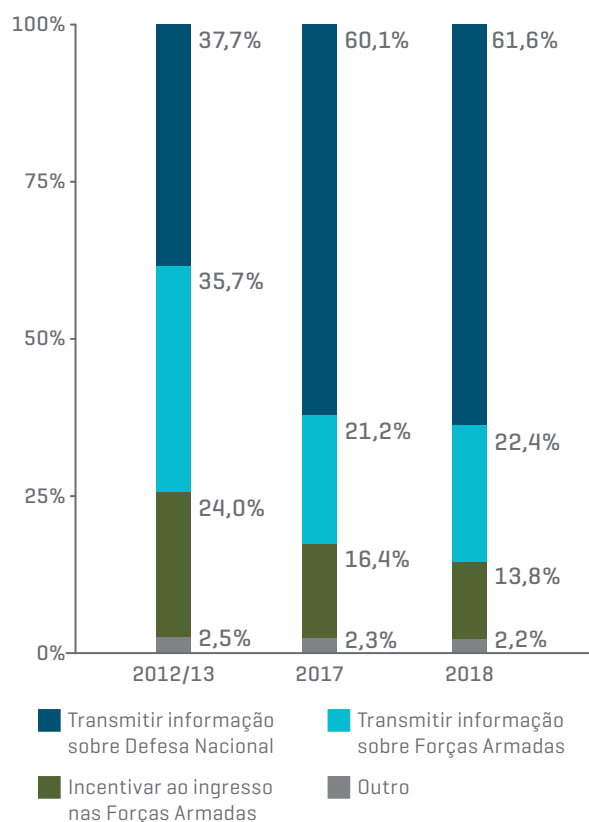
Gráfico 11
COMO DEVEM OS JOVENS SER INFORMADOS SOBRE DEFESA NACIONAL E AS FA



No gráfico 12 é apresentado outro indicador que poderá ser considerado complementar ao de apreciação sobre o DDN, já que se relaciona com o que os jovens consideraram ter sido o **objetivo** deste Dia.

No modelo anterior do DDN, mais concretamente em 2012/2013, os jovens consideravam como objetivo principal do mesmo a transmissão de informação sobre as FA (35,7%) e a informação sobre Defesa Nacional (37,7%), perfazendo estes dois objetivos 73,4% da amostra. Após a reformulação do modelo do DDN, verificou-se, por exemplo em 2017, que 60,1% consideram que visa transmitir informação sobre Defesa Nacional. Em 2018, estes valores permanecem praticamente inalterados com 61,6%.

Gráfico 12
PERCEÇÃO SOBRE O PRINCIPAL OBJETIVO DO DDN



Representações sobre as Forças Armadas

Os dados apresentados nesta secção visam descrever, em traços gerais, o que os jovens pensam sobre as FA, seja enquanto instituição, seja pelas oportunidades profissionais que proporcionam. A primeira variável considerada, exposta no gráfico 13, compara o **nível médio de confiança** que os jovens atribuem a diversas instituições, ficando a confiança nas FA escalonada em 2.º lugar, sendo ultrapassada apenas pela confiança depositada nos Bombeiros. Foi também pedido aos jovens que manifestassem o

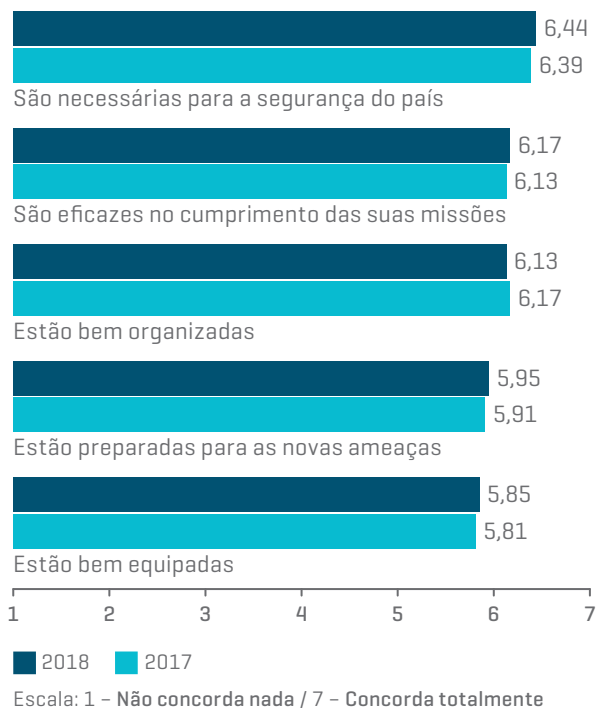
seu grau de concordância relativamente a um conjunto de frases sobre as FA. Os dados obtidos (gráfico 14) demonstram que, de uma forma muito clara, os jovens concordam com a necessidade de existência das FA para a segurança do país, e também se pronunciam de forma muito favorável relativamente à sua eficácia no cumprimento das missões e ao seu nível de organização. Pode dizer-se que, do ponto de vista **institucional**, as FA têm uma muito boa aceitação junto da população jovem.

Gráfico 13
NÍVEL MÉDIO DE CONFIANÇA DOS JOVENS EM DIFERENTES INSTITUIÇÕES



Escala: 1 - Não confia nada / 7 - Confia totalmente
* Informação não recolhida em 2017.

Gráfico 14
MÉDIA DAS REPRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS DAS FA



Noutra perspetiva, a das **representações profissionais**, procurou-se perceber o que pensam os jovens, em termos gerais, acerca do emprego proporcionado pelas FA. Os dados obtidos revelam que este domínio de representação apresenta valores mais baixos que a vertente institucional, mas ainda assim muito favoráveis [gráfico 15].

As perceções associadas mais positivamente ao emprego proporcionado pelas FA são o facto de poder ser praticado bastante exercício físico, de proporcionar uma boa experiência profissional, de permitir a continuação de estudos e a evolução na carreira. Inversamente, os valores mais baixos de apreciação, embora positivos, prendem-se com a remuneração que proporciona e com o grau de atratividade das atividades que comporta.

Para finalizar esta temática, aborda-se a questão da **atratividade dos ramos** de uma forma genérica, sem estar associada a intenções de ingresso e apenas para aferir a relação que existe entre os mesmos neste domínio. A informação recolhida permite observar uma taxa de atratividade mais elevada no Exército [37,3%], seguida pela Força Aérea [33,5%] e, por último, a Marinha [24,1%] – gráfico 16.

Gráfico 15
MÉDIA DAS REPRESENTAÇÕES
PROFISSIONAIS DAS FA

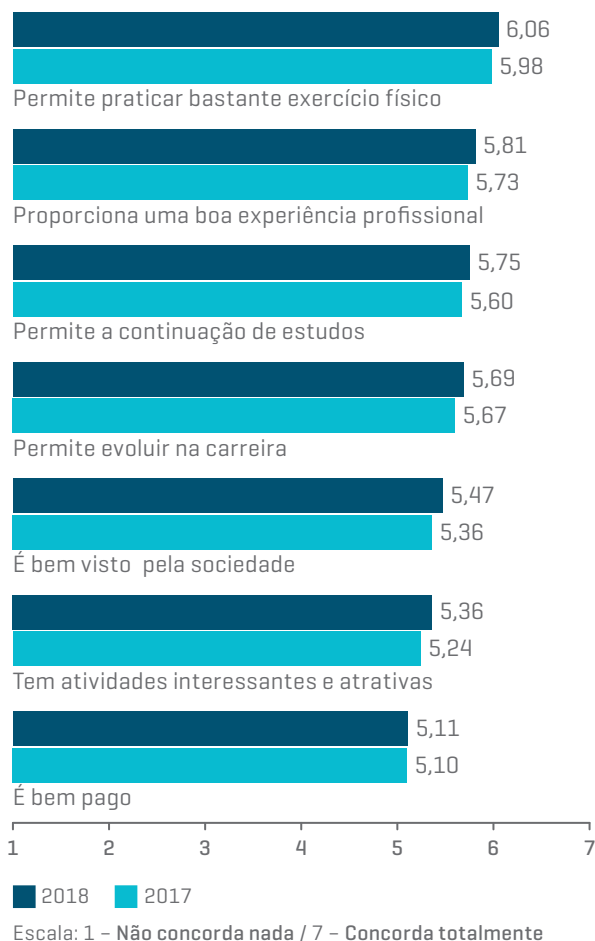
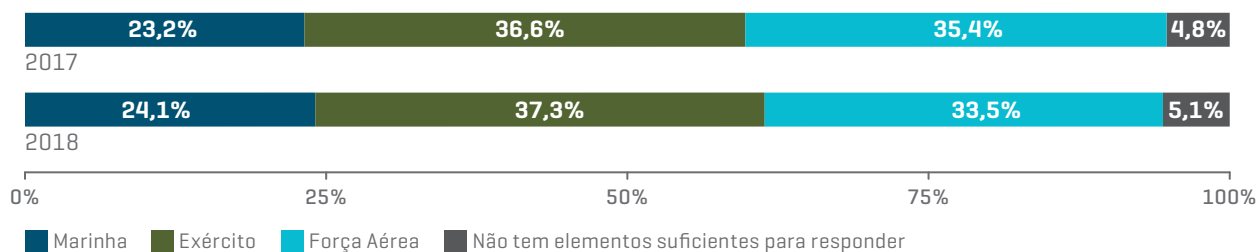


Gráfico 16
ATRATIVIDADE DOS RAMOS DAS FA



A predisposição para o ingresso nas Forças Armadas

Uma outra dimensão de análise pertinente prende-se com a manifestação de **intenção** dos jovens **em ingressar nas FA**. A este respeito verifica-se que 45,8% dos jovens participantes em 2018 manifestam essa predisposição, ao passo que 41% a afastam [gráfico 17].

Não se trata aqui de afirmar que todos estes jovens se vão apresentar como candidatos ao ingresso nas FA. Esta seria uma leitura abusiva dos dados. Trata-se, sim, de um indicador que, associado às representações positivas que veiculam sobre as FA, demonstra que a base de trabalho, em matéria de relação com os jovens portugueses, é

bastante positiva, não se registando sinais que apontem para nenhum fenómeno de rejeição da Instituição Militar. Analisando a variação da predisposição para o ingresso em função do sexo, no gráfico 18 é possível constatar uma influência muito visível desta variável. A percentagem de jovens do sexo masculino que colocam a possibilidade de ingressar nas FA é claramente superior [49,3%] à registada para a população feminina [42,3%].

Analisando a variação desta predisposição para o ingresso em função da escolaridade [gráfico 19], é possível constatar que a percentagem de jovens interessa-

Gráfico 17

PREDISPOSIÇÃO PARA INGRESSO NAS FA

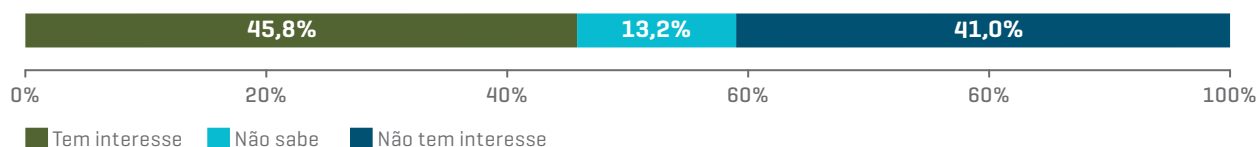


Gráfico 18

EVOLUÇÃO DA PREDISPOSIÇÃO PARA INGRESSO NAS FA, POR SEXO

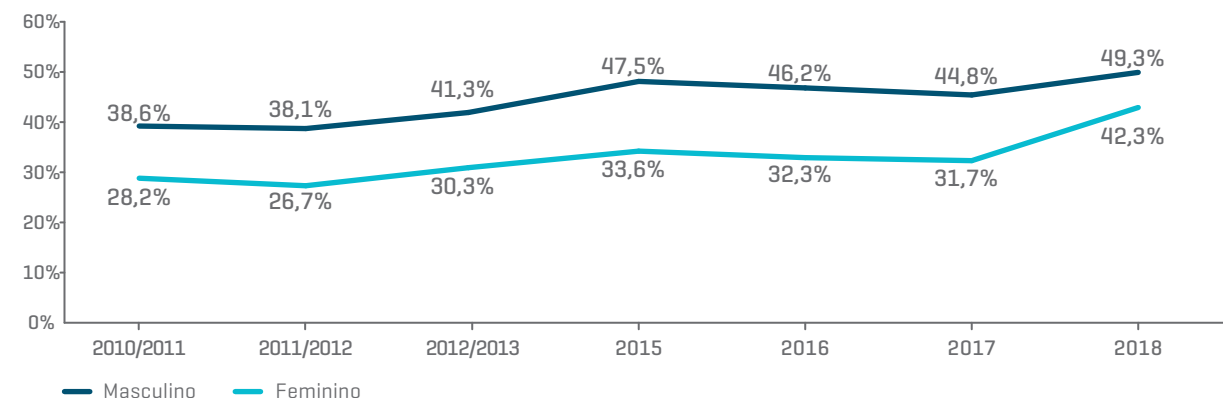
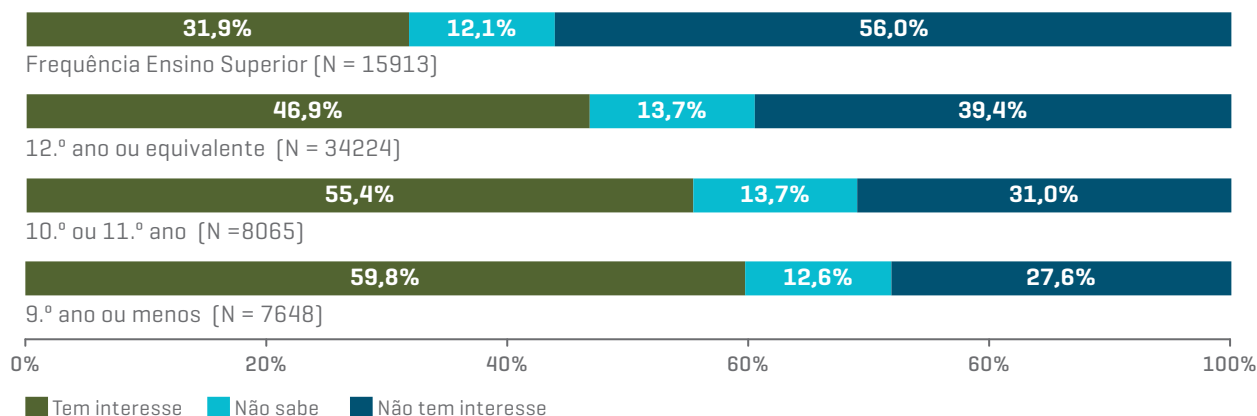


Gráfico 19

PREDISPOSIÇÃO PARA INGRESSO NAS FA, POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE



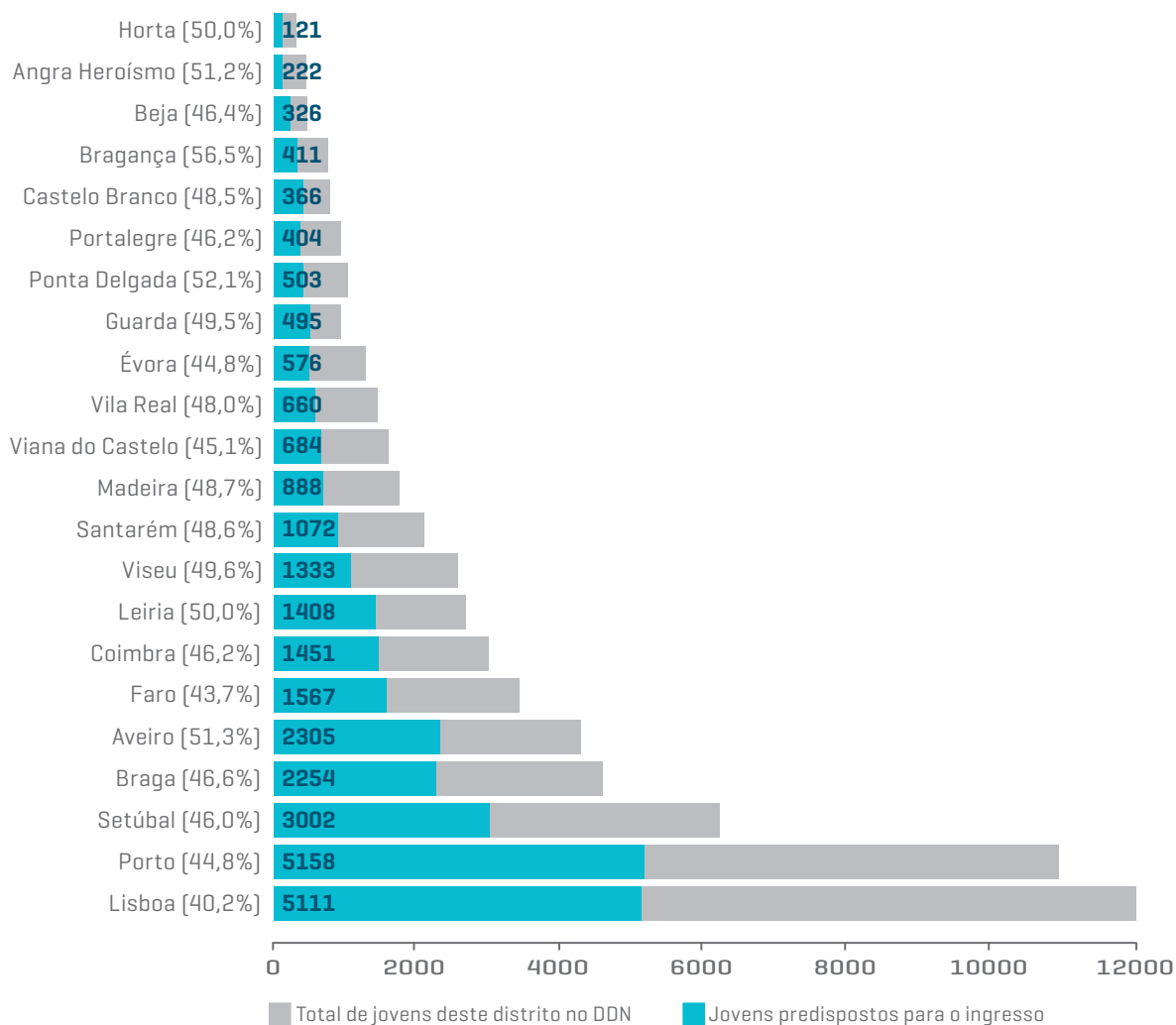
dos em ingressar nas FA vai diminuindo à medida que a escolaridade aumenta. No entanto, ter 46,9% dos jovens do 12.º ano a não afastar a possibilidade de ingressar é muito relevante.

Com objetivos meramente ilustrativos, apresenta-se também a variação desta predisposição para ingresso em função do distrito de residência [gráfico 20], para

que assim se perceba quais as regiões do país onde as FA gozam de maior e menor potencial de recrutamento. É possível constatar uma amplitude de variação na predisposição para o ingresso entre os 40,2% e os 56,5%, e uma média de todos os distritos de 45,8%. É no distrito de Lisboa onde se encontra a predisposição mais baixa face ao total, 40,2%, apesar de a expressão numérica de jovens ser alta (N=5111), facto que se

Gráfico 20

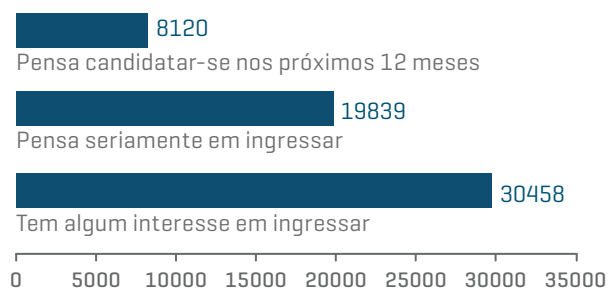
PREDISPOSIÇÃO PARA INGRESSO NAS FA, POR DISTRITO DE RESIDÊNCIA



deve à grande densidade populacional deste distrito. Até agora vimos o potencial máximo da predisposição para o ingresso, sendo este composto por sensivelmente 30 mil jovens [apontando apenas os dados dos inquiridos válidos, sem extrapolar para o universo populacional de referência]. Delimitando mais estes números, através do grau de concretização dessa intenção, conseguiu-se apurar que perto de 20 mil jovens pensa seriamente em protagonizar esse ingresso [29,9% dos inquiridos]. Indo ainda mais longe, verificou-se que sensivelmente 8 mil destes jovens inquiridos ponderam mesmo ingressar, num período de tempo inferior a 12 meses. Ou seja, apuraram-se os jovens com maior probabilidade de se tornarem candidatos, mas também se conseguiu aferir o potencial mais amplo de recrutamento neste segmento populacional [gráfico 21].

Um outro dado muito importante para efeitos de aferição do posicionamento das Forças Armadas na perspetivação do futuro profissional dos jovens, prende-se

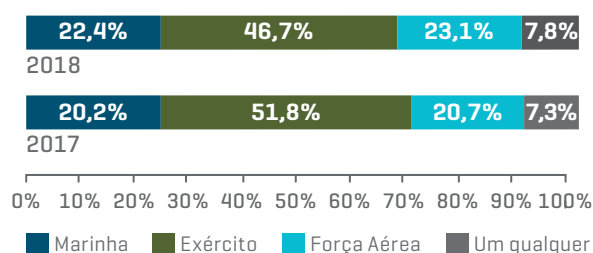
Gráfico 21
POTENCIAL DE RECRUTAMENTO DAS FA



com o ramo em que projetam esse ingresso. Os dados obtidos [gráfico 22] demonstram, desde logo, que subjacente à intenção/ideia de ingressar está a escolha de um determinado ramo, uma vez que pouco mais de 7% dos jovens afirmaram não ter uma ideia concreta neste domínio. Trata-se de um elemento muito importante em matéria de estruturação e desenvolvimento de processos/estratégias de comunicação.

Quanto às escolhas, destaca-se que em 2018, dos jovens que afirmam poder vir a ingressar nas Forças Armadas, nos regimes de voluntariado e de contrato, 46,7% escolheram o Exército como ramo preferencial, seguidos de 23,1% para a Força Aérea e 22,4% para a Marinha. Este escalonamento entre os ramos [com uma distância relativa do Exército face aos demais muito relevante], já se tinha verificado em anos anteriores, como é o caso de 2017. No entanto, há a destacar também que se regista uma tendência de redução da preferência do Exército e um incremento na Força Aérea e na Marinha.

Gráfico 22
RAMO DE PREFERÊNCIA PARA INGRESSO NAS FA



No que respeita aos motivos com que os jovens justificam as suas intenções (gráfico 23), observa-se como fator mais relevante para o ingresso a percepção de gostar da vida militar (61,4%), seguida pela possibilidade de participação em missões humanitárias e de apoio à paz (55,7%). Num patamar mais distante, mas ainda relevante, encontram-se os motivos de continuação de estudos e formação profissional (22,3%), concurso às Forças de Segurança (17,8%) e concurso aos quadros permanentes das FA (16,6%).

Analisando agora o gráfico 24, construído através das respostas dos jovens que não têm intenção de ingressar nas FA, identifica-se como fator mais relevante o inte-

resse com a continuação em exclusivo dos estudos (com 52,7% dos jovens a identificarem este fator como relevante), seguido por não gostar das características da vida militar (assinalado por 39,1% dos jovens) e por não querer ficar longe de casa (25%). Ou seja, a continuidade dos processos de qualificação que estes jovens pretendem encetar é que parece fundamentar o afastamento do ingresso nas FA, podendo por isso ser interpretado como uma justificação assente numa lógica de percurso de vida e menos derivada das características da oferta. Caberá às FA desenvolver estratégias que potenciem o seu papel enquanto parceira ou base de sustentação de percursos/projetos pessoais qualificantes, para conseguir chegar melhor a este segmento de jovens.

Gráfico 23

MOTIVOS JUSTIFICATIVOS DA INTENÇÃO DE INGRESSAR NAS FA

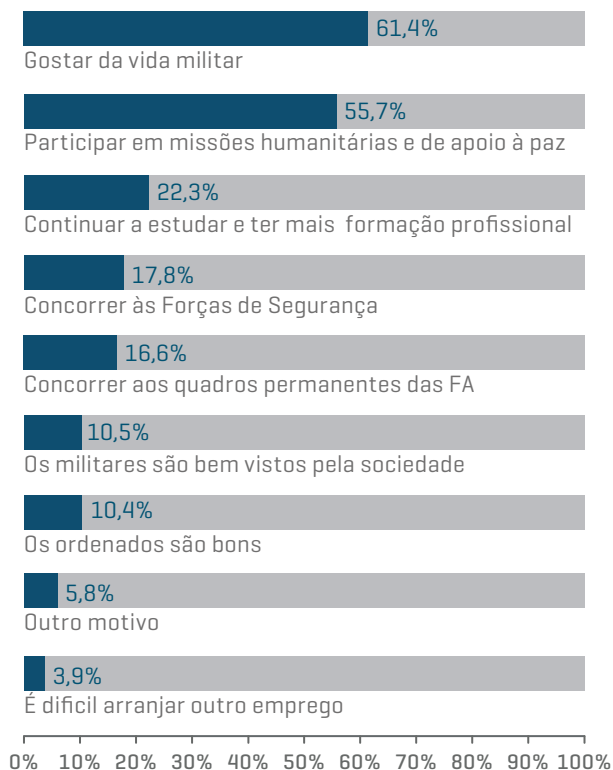
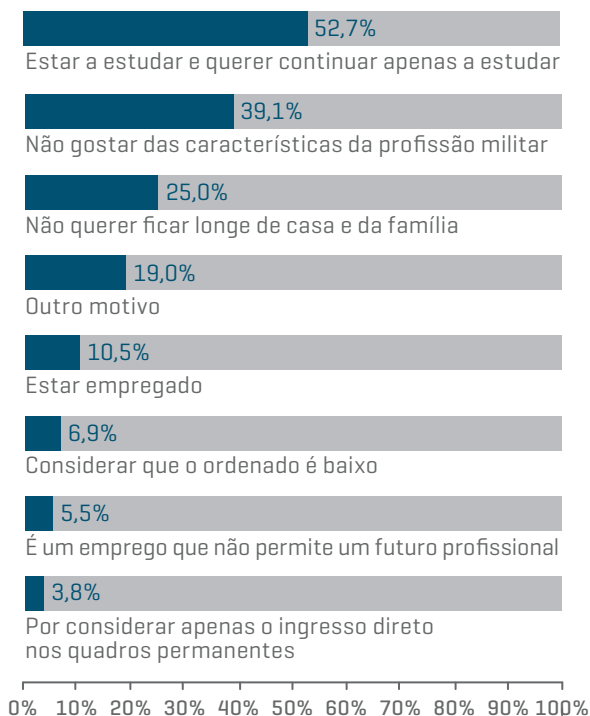


Gráfico 24

MOTIVOS JUSTIFICATIVOS DA INTENÇÃO DE NÃO INGRESSAR NAS FA





Notas conclusivas

- Apesar de alguma diversidade regional relevante, um dos traços mais distintivos dos jovens portugueses é a sua crescente escolarização (mais vincada no sexo feminino);
- O Dia da Defesa Nacional, enquanto elemento da relação com os jovens, funciona de forma muito satisfatória. Apesar da obrigatoriedade da participação é visto como muito interessante, percecionado como momento de informação e a sua existência (com ligação ao contexto militar) é legitimada pelos participantes;
- Os jovens portugueses têm representações muito positivas sobre as Forças Armadas, tanto numa perspetiva institucional como profissional;
- O segmento populacional que não afasta a possibilidade de ingresso nas Forças Armadas é relevante em termos quantitativos e demonstra que a base de trabalho é positiva. Há aspetos que podem ser potenciados (maior aceitação no sexo feminino e nos níveis de escolaridade mais elevados), mas eventuais problemas conjunturais de recrutamento não derivam de nenhum processo de rejeição ou de desvalorização das Forças Armadas por parte destes jovens, pelo contrário. Neste domínio, as Forças Armadas têm uma situação muito positiva, pelo que a sua atuação (para atingir patamares mais elevados de atratividade) deverá recair em aspetos associados à configuração (instrumental) da sua oferta.



RECURSOS DA DEFESA

Direção-Geral de Recursos
da Defesa Nacional

Março de 2019